

PROJETO DE LEI Nº 22, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a competência da Gerência Superior de Mobilidade Urbana, da criação da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Gerência Superior de Mobilidade Urbana, vinculada à Secretaria Municipal de Regulação Urbana, é o órgão municipal executivo de trânsito e rodoviário do Município de Itaúna e para exercer as competências do artigo 24 das Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Art. 2º Compete à Gerência Superior de Mobilidade Urbana exercer as atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito, controle e análise de estatística conforme exigido na Resolução nº 296/2008.

Art. 3º A estrutura da Gerência Superior de Mobilidade Urbana está regulamentada na Lei que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Direta e Indireta do Município de Itaúna e será regulamentada por meio de regimento interno, especificando as atribuições e responsabilidade do órgão.

Art. 4º Cabe ao responsável pela Gerência Superior de Mobilidade Urbana atuar como autoridade de trânsito municipal.

Art. 5º A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, atendendo ao disposto no artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 6º Fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI vinculada à Gerência Superior de Mobilidade Urbana.

Art. 7º A JARI terá regimento próprio regulamentado por intermédio de Decreto municipal, observado o disposto no inciso VI, do artigo 12 do CTB e apoio administrativo e financeiro da Gerência Superior de Mobilidade Urbana.

Art. 8º Compete a JARI:

I. julgar os recursos interpostos pelos infratores das decisões que impuseram penalidades por infrações previstas na legislação de trânsito;

II. solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma análise da situação recorrida;

III. Encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

Art. 9º A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I . 1 (um) servidor público municipal com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

II. 1 (um) representante do órgão ou entidade que impôs a penalidade;

III. 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada a área de trânsito.

§ 1º O presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los;

§ 2º É vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN ou o Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE.

Art. 10 A nomeação dos integrantes que funcionarão junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou órgãos rodoviários estaduais e municipais será feita pelo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

Parágrafo único. O mandato será de dois anos, permitida a recondução.

Art. 11 A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução 357/2010, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 12 Os membros da JARI serão remunerados com um jeton correspondente a 20% (vinte por cento) do vencimento do nível V-2 – letra A, por participação efetiva nas reuniões ordinárias convocadas pela Presidência.

Art. 13 Fica vedado o pagamento do jeton criado na forma desta lei, cumulativamente com o pagamento de adicional por serviços extraordinários prestados à JARI.

Art. 14 O jeton é verba indenizatória, não possui natureza de gratificação e não se incorpora à remuneração do servidor.

Art. 15 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias do Município.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúna/MG, 22 de junho de 2015

Osmando Pereira da Silva
Prefeito Municipal

Otacília de Cássia Barbosa Parreiras
Procuradora Geral do Município

PROJETO DE LEI Nº 22/2015

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

O projeto de Lei que ora encaminhamos a essa Casa visa integralizar o Município de Itaúna ao Sistema Nacional de Trânsito – SNT.

Esclarece-se que a CF/88 determinou a União a competência constitucional privativa para legislar em matéria de trânsito (art. 22, XI). A partir dessa competência foi editada a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, diploma que trouxe novo *status* e novas competências aos Municípios, que passaram a responder por todas as questões envolvendo parada, circulação e estacionamento de veículos.

De acordo com a CF/88, artigo 30, VIII, compete aos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo. Portanto, essa ordem vem sendo implantada na gestão do trânsito, com a criação dos órgãos municipais que passam a compor o Sistema Nacional de Trânsito.

Dentro do pacto federativo instituído pela Constituição Federal/88, os Municípios, com a criação dos órgãos municipais, devem passar a compor o Sistema Nacional de Trânsito.

Deve ser frisado que o objetivo da proposta é formalizar a integralização do Município de Itaúna ao Sistema Nacional de Trânsito, conforme preceitua o artigo 7º do CTB para efetivamente se responsabilizar pela gestão do trânsito, no que se refere às questões relacionadas ao pedestre, à circulação, ao estacionamento e parada de veículos e animais, implantação e sinalização das vias, serviços de engenharia e fiscalização, atendimento e expedição de credencial para estacionamento aos condutores com deficiência e idosos.

Face ao exposto, aguardamos que V. Exas. votem e aprovem este projeto de lei, oportunidade em que renovamos-lhes nossos protestos de elevada estima e consideração.

OSMANDO PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Itaúna (MG), 22 de junho de 2015

OFÍCIO Nº 182/2015 - Gabinete do Prefeito

Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 22/2015

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. Exa. o Projeto de Lei nº 22/2015, que "*Dispõe sobre a competência da Gerência Superior de Mobilidade Urbana, da criação da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e dá outras providências*", para análise, deliberação e aprovação dessa Casa.

Apresentamos, ao ensejo, nossos protestos de grande estima e consideração.

OSMANDO PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

EXMO. SR.
FRANCIS SALDANHA FRANCO
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
ITAÚNA - MG

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

RELATÓRIO

AO PROJETO DE LEI Nº 32/2015

Lucimar Nunes Nogueira

Relator da Comissão

Tendo esta Comissão de Justiça e Redação, recebido em data de 24 de Junho de 2015, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de Itaúna/MG, a remessa do Projeto de Lei nº 32/2015 que “Dispõe sobre a competência da Gerência Superior de Mobilidade Urbana, da criação da Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI e dá outras providências”, de autoria do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Itaúna, e tendo sido nomeado para relatar acerca da matéria em voga e ora em apreço, passo a emissão do presente Voto.

Eis o breve relato do necessário.

VOTO DO RELATOR:

Após as considerações acima elencadas, entendo que o Projeto de Lei que “Dispõe sobre a competência da Gerência Superior de Mobilidade Urbana, da criação da Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI e dá outras providências”, de autoria do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Itaúna, está, em análise preliminar, em condições de admissibilidade.

Ex positis, este Relator entende que o mesmo encontra-se dentro da correta Técnica Legislativa, portanto sou pela apreciação da presente proposição pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 26 de Junho de 2015.

Lucimar Nunes Nogueira

Relator

Acompanham o voto do Relator os componentes da referida Comissão:

Nilzon Borges Ferreira

Presidente

Hélio Machado Rodrigues

Membro